

# Direitos fundamentais de estudantes com Transtornos de Aprendizagens: uma abordagem reflexiva no contexto escolar e familiar

## Fundamental rights of students with Learning Disabilities: a reflective approach in the school and family context

Raul da Silva Oliveira<sup>1</sup>, Luana do Carmo Rodrigues<sup>2</sup>, Thayná de Sena Siqueira Moreira<sup>3</sup>, Lorena de Carvalho Ramos<sup>4</sup>, João Elias Moreira Filho<sup>5</sup>

1. Graduando em Direito  
Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS)  
E-mail: direitodoraul@gmail.com

2. Graduanda em Direito  
Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS)  
E-mail:

3. Especialista Cardiologia de Cães e Gatos  
E-mail: thaynadesena@univs.edu.br  
Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS)

4. Mestra em Ciência e Saúde Animal  
Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS)  
E-mail: lorenadecarvalho@univs.edu

5. Mestre em Biodiversidade  
Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS)  
E-mail: joaoelias@univs.edu.br

### *Sessão Cadernos de Extensão*

**Resumo:** A vida escolar é marcada por diversos desafios a serem superados pelos estudantes; essa diversidade se apresenta em muitos aspectos, sendo eles sociais, econômicos, geográficos, cognitivos, entre outros. Diante da observação sistemática da realidade de uma escola de ensino fundamental inicial, na cidade de Icó, no Ceará, vinculada aos relatos práticos e conhecimento de causa de determinados indivíduos, com participação ativa na temática abordada pelo trabalho, percebeu-se como problemática inicial uma grande lacuna de conhecimento acerca dos direitos fundamentais garantidos pelos diplomas legislativos nacionais e decretos internacionais de direitos humanos que versam sobre o mesmo tema. Como consequência imediata deste cenário, há o desconhecimento de como proceder diante de situações em que os deveres das crianças, pais e responsáveis são descumpridos, gerando o não acesso aos cuidados com a saúde mental, caracterizando violação de direitos, com vistas à aprendizagem escolar. Através de uma abordagem qualitativa e exploratória, por meio de uma revisão bibliográfica, infere-se a necessidade de aprofundamento teórico nas ações pedagógicas nas escolas, formação adequada para os profissionais que atuam no contexto escolar, bem como no desenvolvimento de políticas públicas que garantam a efetivação dos direitos previstos nas cartas legislativas nacionais e internacionais.

**Palavras-chave:** Direitos; Estudantes; Transtornos Mentais.

**Abstract:** School life is marked by various challenges to be overcome by students; this diversity presents itself in many aspects, including social, economic, geographical, and cognitive ones. In the systematic observation of the reality of an initial elementary school in the city of Icó, in Ceará, linked to the practical reports and firsthand knowledge of certain individuals actively involved in the theme addressed by the work, it was perceived as an initial problem a great gap in knowledge about the fundamental rights guaranteed by national legislative diplomas and international decrees of human rights that deal with the same theme. As an immediate consequence of this scenario, there is a lack of understanding of how to proceed in situations where the duties of children, parents, and guardians are not fulfilled, resulting in a lack of access to mental health care, characterizing a violation of rights, with a view to school learning. Through a qualitative and exploratory approach, through a literature review, it is inferred the need for theoretical deepening in pedagogical actions in schools, adequate training for professionals

working in the school context, as well as the development of public policies that ensure the effectiveness of the rights provided for in national and international legislative documents.

**Palavras-chave:** Rights; Students; Mental Disorders.

## Introdução

Por uma busca da superação das principais desigualdades e pelo desenvolvimento integral do ser humano, a conjuntura da educação brasileira tem apresentado um processo importante de reconfiguração. Inseridos nesse processo, os sujeitos escolares tornam-se seres fundamentais nas transformações, como responsáveis pela formação e o desenvolvimento integral dos estudantes, bem como por sua aprendizagem conceitual e para a vida (Garcia, 2022).

A mesma autora direciona essa reflexão para o que diz a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que expõe o compromisso com a consolidação da educação como direito para todos, incluindo a satisfação com as necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990).

O documento citado anteriormente ainda profere que a educação deve ser oferecida a todos os indivíduos de maneira equitativa, com a adoção de ações que assegurem a igualdade de acesso a todos, principalmente aqueles com deficiência, para que possam desenvolver-se em suas múltiplas dimensões, como a física, intelectual, social, emocional entre outras.

A atenção direcionada aos problemas que dizem respeito à aprendizagem vem, em um cenário recente, tonando-se exponencialmente uma prioridade. Ohlweiler (2016) afirma isso embasada no fato de que o sucesso da pessoa é consequência do bom desempenho escolar. A autora do trabalho Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar atribui ao citado anteriormente o aumento do número de crianças que são atendidas por neuropediatras, psiquiatras, psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos.

É importante ressaltar que não existe uma conceituação única ou mesmo uma nomenclatura para transtornos específicos de aprendizagem. Esta tese, apresentada por Rodrigues (2016), engloba os distúrbios de aprendizagem em dimensões de sentido amplo (onde duas ou mais áreas são afetadas) e em sentido particular ou específico (ou leitura, ou matemática ou escrita).

Em uma perspectiva legalista, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e com o aprimoramento dos marcos normativos relacionados a essa temática

no Brasil e no exterior, priorizou-se um olhar para as violações dos direitos das crianças e adolescentes. Neste contexto, é notória a incapacidade da sociedade brasileira de conviver e aceitar os cidadãos de direitos, buscando soluções rápidas para a resolução da problemática (Santos *et al.*, 2021)

estes passaram a ser considerados como “sujeitos direitos”, capazes de exercer direitos e ter o respeito como pessoas com desenvolvimento peculiar (Mota e Lima, 2019).

As mesmas autoras mostram o entendimento da Proteção Integral (ECA, 1990), como sendo a violação quando há a não efetivação dos direitos básicos: vida, saúde, liberdade, respeito e dignidade, direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, cultura, esporte, lazer, direito à profissionalização e à proteção ao trabalho.

Podemos, portanto, concluir sobre a responsabilização legal de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional com a garantia de acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles que apresentam deficiências de aprendizagem.

É importante ressaltar que o atendimento destinado aos estudantes que demandam atenção especial requer uma série de práticas e metodologias pedagógicas específicas. Todavia, essa realidade apresenta um fator negativo que é a grande carência de profissionais realmente qualificados para atuar neste segmento educacional (Silva, 2022). Esse mesmo estudo propõe práticas pedagógicas empregadas no Atendimento Educacional Especializado, direcionado para alunos com deficiência intelectual, evidenciando os maiores desafios dessa prática.

A Psicologia Escolar foi pioneira das áreas do conhecimento no Brasil a ensaiar uma crítica à formação profissional e à estratégia de atuação psicológica em educação. O precursor desses trabalhos foi o de Maria Helena Souza Patto, de 1981, intitulado *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*; o mesmo demonstrava uma perspectiva analítica ao tecer as seguintes críticas: a) à concepção de ciência da Psicologia, centrada no positivismo, na Psicometria e na Psicologia Diferencial; b) às explicações a respeito das dificuldades de aprendizagem, focadas na criança e na teoria da Carência Cultural; c) ao modelo clínico, psicoterapêutico e reeducativo de atuação psicológica no atendimento à queixa escolar.

Dentre as metodologias de exercício cognitivo e de desenvolvimento de estratégias de estudo ou de aprendizagem, há uma infinidade de atrativos que permitem ao aluno desenvolver de forma efetiva a escrita, a comunicação e também o cognitivo, através de jogos de estratégias de cunho pedagógico (Pareschi *et al.*, 2022)

## **Metodologia**

Dada a percepção do baixo índice de participação de pais e responsáveis em mutirão de atendimento psicológico para estudantes, promovido por uma escola da rede pública do município de Icó-Ceará, visando o fornecimento de laudos psicológicos para crianças que, após relatos de vivências de sala de aula por parte dos professores, as mesmas apresentavam necessidades educacionais especiais, no que diz respeito ao aprendizado escolar e à permanência na escola.

Diante deste cenário, a equipe de pesquisadores realizou uma investigação a causa para dessa não procura de soluções para os obstáculos enfrentados pelas próprias famílias no percurso escolar dos estudantes.

Os pesquisadores solicitaram autorização do núcleo gestor da escola para o desenvolvimento da pesquisa em questão, após a identificação dos profissionais, foi apresentado o projeto de pesquisa, bem como a metodologia que seria desenvolvida e os objetivos, esclarecendo que todas as etapas só seriam executadas em consentimento do núcleo gestor da unidade de ensino.

Adiante, houve momentos de reunião com todos os alunos das turmas de 5º ano do Ensino Fundamental da referida unidade de ensino, acompanhados dos seus professores. Foram apresentados de forma dinâmica, lúdica, expositiva e participativa, conceitos constitucionais e diplomas legislativos que versam sobre crianças com necessidades educacionais especiais e seus direitos de aprendizagem. Nesse mesmo momento, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer os conceitos que caracterizam os principais transtornos de aprendizagem e as formas de convivência, bem como as alternativas para desenvolver competências socioemocionais e o cuidado com o próximo.

Ao final, para uma melhor fixação do conteúdo, foi feito um jogo de perguntas e respostas sobre todos os temas abordados na palestra. Além disso, os estudantes foram orientados a levarem o conhecimento aprendido para suas famílias e contextos sociais.

## **Resultados e discussões**

Os resultados do estudo foram mensurados a partir do comparativo entre as respostas das indagações iniciais dos estudantes - frente às perguntas acerca do entendimento sobre as temáticas que nortearam o trabalho, como seus direitos fundamentais previstos na Constituição, no Estatuto da Criança e Adolescente, bem como nas leis que regulamentam a vida escolar dos

mesmos – com as respostas percebidas posteriores às explicações e aprofundamento da temática, além do que diz respeito ao conceito dos transtornos de aprendizagem, cuja percepção é vivenciada no cotidiano escolar das crianças.

Verificou-se um desconhecimento prévio por parte das crianças e seus responsáveis no tocante dos direitos que regulamentam a vida social e escolar. Diante desse cenário, concluiu-se que, como consequência, é dada pouca importância à estratégia de fornecimento de atendimento especializado, visando a efetivação dos direitos de aprendizagem dos estudantes, especificamente aqueles que possam necessitar de atendimento adequado, por meio de laudo médico.

A efetivação dos direitos e garantias fundamentais perpassa o conhecimento prévio ou completo por parte dos usuários, onde as políticas públicas desempenham seu papel desde a apresentação do público-alvo, até a efetivação de sua execução. Percebeu-se, portanto que, após a compreensão de seus direitos por parte dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem escolar, os mesmos reorganizaram o pensamento e adotaram uma postura de comprometimento com a busca dos meios de acesso às políticas públicas que buscam minimizar as desigualdades provocadas por fatores sociais e econômicos.

### **Considerações Finais**

Considera-se que o compromisso constitucional de efetivar os direitos previstos em seu texto e minimizar as desigualdades, bem como garantir acesso e permanência nos processos de ensino e aprendizagem - especialmente no que diz respeito às crianças que apresentam transtornos de aprendizagem - deve levar em consideração também o compartilhamento de informações e conceitos correlativos desde os anos iniciais da vida escolar das crianças, respeitando cada etapa de desenvolvimento e capacitando os profissionais de educação para fornecer a didática que alcance tais objetivos.

É importante observar que a avaliação da efetivação na aprendizagem dos estudantes sobre a temática abordada neste trabalho pode ser mensurada na percepção do público-alvo da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na vida cotidiana e como estes terão efeitos positivos na transformação da realidade social na qual os sujeitos estão inseridos.

## Referências

HEMSING, M.; SKRSYPCSAK, D. **Dificuldades de aprendizagem: (RE)** descobrindo as possibilidades de aprendizagem na prática docente. Learning difficulties: (RE) discovering learning possibilities in teaching practice. In: Salão do Conhecimento Unijuí, 22., 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, p. 4, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PARESCHI, Claudinei Zagui.; MILAN, Davi. Formação Continuada de Professores: O Uso de Metodologias Ativas na Educação Básica **Reflexões acadêmicas plurais** / Felipe Asensi (org.). – Deerfield Beach, FL: Pembroke Collins, 2022.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia:** Uma Introdução Crítica à psicologia Escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 2022. DOI: 10.11606/9786587596341.

RODRIGUES, M. E. Problemas e transtornos de aprendizagem: definições e determinantes. **Revista Educere et Educare**, v.II. n. 23. p. 2, 2016.

SANTANA GARCIA, C. S. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem no contexto escolar:** um olhar sobre a prática pedagógica. Orientador: Prof. Dr. Klaus Schlünzen Junior. 2007. Dissertação (Mestrado). – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2022.

SANTOS, V. C.; MACEDO FILHA, M. B. Rights of the Child and the Adolescent: Contributions of Memory and History. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p.3054-3076, 2021.

---

### Revista Encontros Científicos UNIVS – ISSN: 2595-095X, V. 6, N. 1, 2024

---

#### **Conflito de interesses**

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

---

#### **Contribuição dos autores**

Concepção e conceitualização: JRSO, LCR, LCR

Redação do manuscrito original: LCR, JRSO

Curadoria de dados: JEMF, TSSM

Análise de dados: JEMF, TSSM

Redação textual: TSSM, LCR, LCR

Supervisão: JEMF

---

#### **Financiamento**

Não houve financiamento.

---

#### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

---

#### **Aprovação, ética e consentimento**

Não se aplica.

---